

Sarney pode

levar Nunes

11 SEI 1977
O GLOBO d Justiça

SÃO LUÍS (O GLOBO) — O Senador José Sarney (Arena-MA) confirmou ontem que, se verificar pelos documentos oficiais da Câmara, que o Governador Nunes Freire realmente o acusou de ocupar ilegalmente área do Estado, o levará à Justiça por falso testemunho e calúnia.

Nunes Freire afirmou na CPI do sistema fundiário que "a área hoje reclamada pelo Senador José Sarney nunca foi alienada pelo Estado a qualquer pessoa". Acrescentou que "os limites iniciais da área de posse de José Sarney eram 300 hectares, posteriormente aumentados, através de demarcação, para 5.700 hectares", e, ainda, que "mesmo sem ter obtido a legitimação da terra, o Senador José Sarney já obteve três milhões de cruzeiros de financiamento para aquisição de gado, a ser criado na posse."

Para o Senador José Sarney, "isto não passa de uma deslavada mentira", porque ele comprou a área no município de Santa Luzia, a José Ribeiro Salomão, "pessoa idónea e respeitada".

— A pessoa mais envolvida com terras no Maranhão é Nunes Freire, com processos em várias comarcas, inclusive atualmente questionando com a Funai por se considerar proprietário de gleba dentro de reserva indígena — disse José Sarney, acrescentando não ter nenhum requerimento de terra do Estado e não haver obtido nenhum financiamento ilegal:

— Não levantei nenhum financiamento que tenha por garantia qualquer terra pública.

O presidente do diretório regional do MDB, ex-Deputado federal Freitas Diniz, que também prestou depoimento na CPI da Câmara, acha que o Governador está comprometido. Lembrou que quando o Secretário do Interior e Justiça, José Pires Saboya, era o responsável pela condução da política fundiária do Governo Nunes Freire, a Oposição, por seu intermédio, veio a público apoiar as medidas que então se preconizavam: o cancelamento de todas as transcrições imobiliárias.

Uma comissão especial, presidida pelo Secretário do Interior e Justiça e designada pelo Governador Nunes Freire para estudar o problema das terras devolutas, chegou a esta conclusão: "O nosso parecer é no sentido de que o Governo deve sustar a autorização de concessão de títulos de propriedade de terras do Estado até que seja feita uma revisão global de todos os critérios das atividades do Departamento de Desenvolvimento Agrário — DDA, no que tange à distribuição de terras devolutas do patrimônio do Maranhão."